

HENRIQUE DA ROSA SAIBRO

**CRIMES TRIBUTÁRIOS:
SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE E
GARANTIA DO CRÉDITO**



tirant
lo blanch

2020



Copyright© Tirant lo Blanch

Editor Responsável: Aline Gostinski

Assistente Editorial: Izabela Eid

Capa e Diagramação: Renata Milan

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Ex Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

S139 Saibro, Henrique da Rosa
Crimes tributários : suspensão da
exigibilidade e garantia do crédito / Henrique Saibro. -
1.ed. – São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.
198 p.

ISBN: 978-65-86093-73-5

1. Direito tributário. 2. Crime fiscal. I. Título.

CDU: 343.359.2

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.



Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2909 - sala 44

Jardim Paulista, São Paulo - SP

CEP: 01401-002

www.tirant.com/br - editora@tirant.com.br

SUMÁRIO

Prefácio	15
Apresentação	19
1. A imputação penal tributária	23
1.1. Direito Tributário Sancionador	23
1.1.1. A infração tributária	25
1.1.2. Responsabilidade por infrações à legislação tributária	29
1.1.2.1. A responsabilidade e o elemento subjetivo do infrator	30
1.1.2.2. A responsabilidade e a indiferença quanto à efetividade, à natureza e à extensão dos efeitos da infração	32
1.1.2.3. A responsabilidade pessoal do agente	33
1.1.2.4. A exclusão da responsabilidade por infrações pela denúncia espontânea	34
1.1.3. A sanção à infração tributária	38
1.1.3.1. Sanções pecuniárias	39
1.1.3.2. Sanções não pecuniárias	41
1.2. Pontos de contato entre ilícitos tributários e criminais	44
1.2.1. Identidade principiológica	45
1.2.1.1. Princípio da legalidade	48
1.2.1.2. Princípio <i>in dubio pro reo</i> e/ou da presunção da inocência	50
1.2.1.3. Princípio da irretroatividade e da retroatividade benigna	52
1.2.1.4. Princípio do devido processo legal	56
1.2.1.5. Princípio da insignificância	58
1.2.2. Concurso de infrações	67
1.3. Pontos de afastamento entre ilícitos tributários e criminais	70
1.3.1. Fundamento constitucional e competência para imposição da sanção	72
1.3.2. Sanção tributária e pena criminal	72
1.3.3. A infração tributária está para a culpa enquanto o crime fiscal está para o dolo	76
1.3.4. Diferenças em relação ao princípio da pessoalidade da pena	80

1.3.5. Denúncia espontânea, desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior . . .	81
1.4. O bem jurídico penal tributário	82
1.4.1. Corrente patrimonialista	82
1.4.2. Corrente funcionalista	84
1.4.3. Corrente eclética ou pluriofensiva	86
2. <i>Iter</i> do tributo e a súmula vinculante nº 24	89
2.1. <i>Iter</i> do tributo	90
2.1.1. Fato gerador	90
2.1.2. Obrigação tributária	92
2.1.3. Crédito tributário e lançamento	94
2.1.3.1. Momento da constituição definitiva do crédito tributário	98
2.1.3.2. Decadência e prescrição do crédito tributário	99
2.2. Crimes tributários materiais e formais	100
2.3. Análise do julgamento da Súmula Vinculante nº 24	105
2.3.1. Informações iniciais	105
2.3.2. Lançamento definitivo do tributo e a polêmica da prescrição e da consumação do ilícito tributário material	106
2.3.2.1. A problemática da prescrição do crime tributário material	110
2.3.2.2. Os riscos inerentes ao momento da consumação do crime tributário material	113
2.3.3. Crédito tributário como elemento normativo do tipo penal tributário, como condição objetiva de punibilidade ou como questão prejudicial heterogênea?	117
2.3.4. Direito Penal como <i>ultima ratio</i> e processo penal como pena	123
2.3.5. A necessidade do lançamento definitivo como corolário ao contraditório e à ampla defesa e do devido processo legal	126
3. Análise jurisprudencial dos efeitos da suspensão da exigibilidade do crédito tributário e de sua garantia na imputação penal	129
3.1. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário.	130

3.1.1. Moratória	132
3.1.2. Depósito do montante integral	133
3.1.3. Reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo . .	142
3.1.4. Concessão de antecipação de tutela em mandado de segurança ou em outras espécies de ação judicial. . .	147
3.1.5. Parcelamento	152
3.1.5.1. Lei nº 9.249/95	156
3.1.5.2. Lei nº 9.964/00 (REFIS).	158
3.1.5.3. Lei nº 10.684/03 (REFIS II ou PAES). . .	162
3.1.5.4. Lei nº 11.941/09 (PAEX e REFIS IV). . . .	165
3.1.5.5. Lei nº 12.382/11.	167
3.1.5.6. Quadro geral legislativo	167
3.1.5.7. Aplicação da lei vigente à época dos fatos ou da adesão ao parcelamento?	168
3.2. A garantia do crédito tributário	171
3.2.1. Fiança bancária ou seguro garantia	173
3.2.2. Penhora de bens	180
4. Quadro geral jurisprudencial.	189
5. Referências	193